

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO PÚBLICO E EM DIREITO APLICADO

EDITAL Nº 02/2025

ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA CONVALIDAÇÃO DOS CRÉDITOS CURSADOS NOS CURSOS DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA CONTEÚDOS JURÍDICOS E PRÁTICAS JURÍDICAS, DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC, PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PÚBLICO E EM DIREITO APLICADO, AMBOS OFERTADOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

O Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público e em Direito Aplicado, ambos vinculados à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, respeitando o que versa o Convênio firmado entre a FURB, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC e a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, torna público aos alunos das Unidades da ESMESC os procedimentos para solicitar a convalidação de créditos cursados no Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos e no Curso de Preparação para a Magistratura - Práticas Jurídicas oferecidos pela ESMESC para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público e Direito Aplicado.

1 Dos cursos

1.1 Especialização em Direito Público:

1.1.1 O curso de Especialização em Direito Público da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos num total de 375 horas (sendo 360h relativas à disciplinas obrigatórias e 15h referentes à disciplina optativa de Metodologia da Pesquisa), conforme prevê o Projeto Pedagógico da ESMESC, possibilitando,

portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo II deste Edital.

1.1.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado e concluído o respectivo curso nos anos de 2021 (dois mil e vinte e um), 2022 (dois mil e vinte e dois), 2023 (dois mil e vinte e três), 2024 (dois mil e vinte e quatro) e 2025 (dois mil e vinte e cinco) e é exclusivo aos alunos da ESMESC.

1.2 Especialização em Direito Aplicado:

1.2.1 O curso de Especialização em Direito Aplicado da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Curso de Preparação para a Magistratura num total de 375 horas (sendo 360h relativas à disciplinas obrigatórias e 15h referentes à disciplina optativa de metodologia da pesquisa), conforme prevê o Projeto Político – Pedagógico da ESMESC, possibilitando, portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo III deste Edital.

1.2.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado no respectivo curso nos anos de 2021 (dois mil e vinte e um), 2022 (dois mil e vinte e dois), 2023 (dois mil e vinte e três), 2024 (dois mil e vinte e quatro) e 2025 (dois mil e vinte e cinco) e é exclusivo aos alunos da ESMESC.

2 Da inscrição

2.1 Para formalizar sua inscrição no respectivo curso o aluno deve preencher o formulário de inscrição (Anexo I) disponível neste edital com todas as informações solicitadas e encaminhar juntamente com a documentação relacionada no item 3, em arquivos no formato PDF, para o endereço e-mail esmesc@furb.br.

2.2 No formulário de inscrição o aluno fará a sua opção entre as Especializações em Direito Público ou Direito Aplicado.

2.3 No encaminhamento da documentação, para o e-mail esmesc@furb.br, deverá ser **especificado no campo ASSUNTO** as seguintes informações: convalidação, nome do estudante, opção de curso de especialização e sua respectiva turma (presencial ou Ead) conforme o exemplo a seguir: **CONVALIDAÇÃO_NOME_DO CANDIDATO_ESPECIALIZACAO_TURMA.**

2.4 O processo de inscrição dar-se-á por meio exclusivamente eletrônico, com o preenchimento da Ficha de Inscrição e envio dos documentos solicitados todos, no formato PDF, na forma digital.

3 Da forma ingresso

Para formalizar a inscrição na presente convalidação o aluno deverá enviar todos os documentos abaixo listados em arquivos em formato PDF para o e-mail esmesec@furb.br:

3.1 Certificado da graduação, frente e verso;

3.2 Histórico escolar da graduação, frente e verso;

3.3 Certificado de conclusão do Curso de Conteúdos Jurídicos ou Práticas Jurídicas da ESMESC, frente e verso;

3.3.1 Se o candidato ainda não tiver recebido o certificado referido no item 3.3 deverá encaminhar declaração da ESMESC informando, notas, frequência e data da emissão do certificado;

3.4 Cédula de identidade, carteira profissional ou carteira nacional de habilitação, frente e verso;

3.5 CPF (dispensável caso o número conste de outro documento apresentado);

Importante: o envio da documentação é responsabilidade do aluno(a) e caso falte algum documento ele poderá ser encaminhado posteriormente até a data prevista no item 6 deste edital para entrega do trabalho (monografia ou artigo). Decorrido o prazo estabelecido neste edital, o aluno deverá realizar nova inscrição.

4 Dos valores para convalidação e das matrículas

4.1 O pagamento relativo à taxa de convalidação das disciplinas será de:

4.1.1 Para a pós-graduação em Direito Público (Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos - Presencial) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos);

4.1.2 Para a Pós em Direito Aplicado (Curso de Preparação para a Magistratura - Práticas Jurídicas - Presencial) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos).

4.1.3 Para a pós-graduação em Direito Público (Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos - EAD) – R\$ 1.044,81 (um mil e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos);

4.1.4 Para a Pós em Direito Aplicado (Curso de Preparação para a Magistratura - Práticas Jurídicas- EAD) – R\$ 1.044,81 (um mil e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos);

4.2 Os pagamentos serão feitos em parcela única para a ESMESC, por meio de boleto bancário que será gerado na área do aluno no Portal da ESMESC.

4.2.1 Para a emissão do boleto de pagamento da inscrição acessar a área de aluno no site da Esmesc no prazo de disponibilização dos boletos após a divulgação do resultado dos pedidos de convalidação na página da FURB conforme prazos previstos no item 6 do edital. Caso o boleto não esteja disponível entrar em contato com a Esmesc pelo e-mail secretaria@esmesec.com.br.

4.3 A matrícula apenas será realizada após os seguintes procedimentos:

4.3.1 envio do formulário (disponível neste edital e no link <https://www.furb.br/web/1313/institucional/editais/ccj/esmesc/86>) referido no item 2.1;

4.3.2 envio de todos os documentos relacionados no item 3.

4.3.2 pagamento tempestivo da taxa de convalidação.

4.4 publicação de edital de homologação pela coordenação do curso da FURB atestando que o aluno atende aos requisitos para se matricular no respectivo curso de pós-graduação conforme prazo constante do item 6.

4.5 depois da publicação do edital de homologação das inscrições os candidatos serão matriculados no curso pretendido por meio do sistema acadêmico da FURB.

4.5.1 realizada a inclusão do candidato no sistema acadêmico é de sua inteira responsabilidade realizar os procedimentos de ativação de usuário e de confirmação de matrícula no sistema acadêmico da FURB

4.5.2 a inclusão do candidato no sistema acadêmico não gera nenhum custo extra ao candidato que constar do edital de homologação do processo de convalidação.

5 Do Trabalho Final

5.1 Nos termos deste edital e da legislação vigente, os estudantes regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação, previstos neste instrumento deverão apresentar um trabalho de conclusão.

5.2 O aluno escolherá um tema pertinente à área jurídica para desenvolver o seu trabalho final na forma de artigo científico ou monografia

5.3 O trabalho de conclusão é feito sob a supervisão de um **professor graduado em Direito e que possua no mínimo o título de mestre**, cuja **documentação comprobatória de titulação (mestre ou doutor), CPF, RG e formulário de registro de professor orientador - Anexo V** deverá ser remetida para a FURB quando da entrega do artigo científico no prazo previsto no quadro do item 6.

5.3.1 Os certificados de títulos obtidos em Instituições de Ensino Estrangeiras deverão ser reconhecidos por IES brasileira para que o docente possa atuar como orientador do trabalho de conclusão do aluno. O comprovante de reconhecimento deverá ser encaminhado junto com o diploma de mestrado ou doutorado do orientador.

5.3.2 O trabalho final deve seguir as normas ABNT para elaboração de artigos científicos, contendo 15 páginas no mínimo excluídos os elementos pré-textuais, referências e pós-textuais, ou monografia, contendo 65 páginas no mínimo excluídos os elementos pré-textuais, referências e pós-textuais.

5.4 A seguir apresentamos as normas gerais para apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as regras da ABNT.

5.4.1 Da estrutura do artigo científico.

TÍTULO

TÍTULO EM OUTRO IDIOMA (OPCIONAL)

Autor

Titulação, vínculo institucional, cidade, estado, país e e-mail

RESUMO

Deve ser elaborado de acordo com a ABNT NBR 6028.

Palavras-chave:

RESUMO EM OUTRO IDIOMA

Palavras-chave em outro idioma:

1 INTRODUÇÃO

“Parte inicial do artigo na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo” (ABNT, 2018, p. 5).

2 DESENVOLVIMENTO (DIVIDIDO EM TÓPICOS E, DE ACORDO COM O(A) AUTOR(A) EM SEÇÕES E SUBSEÇÕES)

“Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme ABNT NBR 6024” (ABNT, 2018, p. 5).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Parte final do artigo, na qual se apresentam as considerações correspondentes aos objetivos e/ou hipóteses” (ABNT, 2018, p. 5).

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

GLOSSÁRIO (Opcional)

“Lista em ordem alfabética de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições” (ABNT, 2018, p. 2).

APÊNDICE (opcional)

“Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho” (ABNT, 2018, p. 1).

ANEXO (opcional)

“Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e/ou ilustração” (ABNT, 2018, p. 1).

AGRADECIMENTOS (opcional)

“Texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do artigo” (ABNT, 2018, p. 1).

5.4.2 Da estrutura da Monografia

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

NOME DO CURSO

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO

BLUMENAU

ANO

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de NONONONO da Universidade Regional de Blumenau como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Prof. ou Prof^a M.e ou M.^a ou D.r ou D.ra Nome

BLUMENAU

ANO

Dedicatória (opcional)

“Texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho” (ABNT, 2024, p. 2).

AGRADECIMENTOS

Elemento opcional. “Texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho” (ABNT, 2024, p. 1).

Epígrafe (opcional)

“Texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho” (ABNT, 2024, p. 2).

RESUMO

O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo de um texto. A ordem e a extensão dos elementos dependem do tipo de resumo (informativo ou indicativo) e do tratamento que cada item recebe no documento original. Deve ser composto de uma sequência de frases concisas em parágrafo único, sem enumeração dos tópicos. Em documento técnico ou científico, recomenda-se o resumo informativo. Convém usar o verbo na terceira pessoa. Quanto à sua extensão, convém que os resumos tenham de 150 a 500 palavras nos trabalhos acadêmicos e relatórios técnicos e/ou científicos (ABNT, 2021).

Palavras-chave: palavra-chave 1; palavra-chave 2; palavra-chave 3.

OBS: As palavras-chave devem ser grafadas com as iniciais em letra minúscula, com exceção dos substantivos próprios e nomes científicos (ABNT, 2021).

ABSTRACT OU RESUMEN OU RÉSUMÉ

Texto em língua estrangeira

Palavras-chave em língua estrangeira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, travessão, título e número da página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outras) (ABNT, 2024).

Quadro 1 – Título	13
Figura 1 – Título	13

LISTA DE TABELAS

Elemento opcional. Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, cada título deve ser precedido da palavra Tabela, seguida do número de ordem de ocorrência no texto (ABNT, 2024).

Tabela 1 – Título	14
-------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Elemento opcional. Consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso” (ABNT, 2024, p. 8). A sigla, quando mencionada pela 1ª vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo (ABNT, 2024).

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Fil.	Filosofia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE SÍMBOLOS

Elemento opcional. “Elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com devido significado” (ABNT, 2024, p. 8).

@	Arroba
%	Porcento
Ca	Cálcio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS.....	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
1.2	JUSTIFICATIVA.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	TÍTULO	13
2.2	TÍTULO	13
2.3	TÍTULO	14
3	METODOLOGIA	15
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	16
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS.....	18
	APÊNDICE A – TÍTULO	19
	ANEXO A – TÍTULO	20

1 INTRODUÇÃO

Todas as seções devem conter um texto relacionado a elas. Deve-se limitar a numeração progressiva até a seção quinária (ABNT, 2012).

“A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor” (ABNT, 2024, p. 5).

1.1 OBJETIVOS

A seguir, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo geral

Objetivo.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Objetivo um;
- b) Objetivo dois;
- c) Objetivo três.

1.2 JUSTIFICATIVA

Texto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Texto.

2.1 TÍTULO

Texto. A seguir, o exemplo de uma ilustração:

Quadro 1 – Título

NOME	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL	IDADE
A			
B			
C			

Fonte: Autor (ano)

2.2 TÍTULO

Texto. A seguir, o exemplo de outra ilustração:

Figura 1 – Título



Fonte: Barros (2022)

Evite encerrar seções apenas com ilustrações. Conclua com um texto que sintetize as principais ideias discutidas, estabelecendo uma conexão com os próximos tópicos.

2.3 TÍTULO

Texto. A seguir, o exemplo de uma tabela:

Tabela 1 – Título

DESCRIÇÃO	TOTAL

Fonte: Autor (ano)

Legenda: (se houver)

Notas: Quando houver necessidade de esclarecer o conteúdo geral.

Evite encerrar seções apenas com ilustrações. Conclua com um texto que sintetize as principais ideias discutidas, estabelecendo uma conexão com os próximos tópicos.

3 METODOLOGIA

Texto.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Texto.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ABNT. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 4. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BARROS, K. **Flores**. [2022]. 1 fotografia.

APÊNDICE A – TÍTULO

Elemento opcional. Apêndice é “o texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho” (ABNT, 2024, p. 2).

ANEXO A – TÍTULO

Elemento opcional. Anexo é o “texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração” (ABNT, 2024, p. 1).

5.5 A FURB, ESMESC ou AMC não mediarão a escolha do orientador do acadêmico, nem efetuarão o pagamento da atividade de orientação. Esta relação será acordada diretamente entre o aluno e seu orientador, sendo possibilitado ao estudante escolher o orientador que melhor lhe convier.

5.6 Ao fazer a entrega do seu trabalho final o estudante deverá anexar Ficha de Avaliação termo de aprovação (Anexo IV deste Edital) devidamente preenchida e assinada acompanhada da documentação do orientador conforme item 5.3.

5.7 O trabalho final será remetido juntamente com todos os documentos (certificado de titulação do Professor Orientador, CPF, RG, formulário de registro de professor orientador e Ficha de Avaliação) em formato PDF para o endereço eletrônico esmesc@furb.br.

5.7.1 Em caso de ausência de documentos ou de preenchimento da ficha de avaliação ou do formulário de registro de professor orientador, não será considerada a conclusão do curso até que as pendências sejam sanadas.

6 Dos prazos

Os prazos para consecução de todas as atividades previstas neste edital estão expressos abaixo:

Evento	Data
Publicação do edital para ingresso nas pós-graduações	15/10/2025
Período para inscrição nos cursos de pós-graduação	15/10/2025 a 30/11/2025
Prazo final de remessa de documentos dos alunos à FURB	30/11/2025
Publicação da homologação das inscrições	01/12/2025
Prazo de análise dos pedidos de reconsideração pela FURB até às 12h	02/12/2025
Divulgação do resultado de homologação de inscrições	03/12/2025
Disponibilização do boleto na área do aluno site da Esmesc	08/12/2025
Limite para pagamento da taxa de convalidação das disciplinas	15/12/2025
Limite para entrega do trabalho (artigo científico / monografia): Curso de Pós-Graduação em Direito Público e Curso de Pós-Graduação em Direito Aplicado	31/07/2026
Limite final para entrega do certificado de conclusão do curso de Conteúdos Jurídicos ou Curso de Práticas Jurídicas da ESMESC	31/07/2026

7 Da certificação

7.1 Após cumpridos todos os requisitos, o aluno fará jus ao respectivo título de especialista para o qual se matriculou e solicitou convalidação dos créditos.

7.2 A emissão do certificado fica a cargo da Divisão de Pós-Graduação da FURB.

7.3 O prazo estimado para emissão dos certificados é de 120 dias contados a partir da data final de entrega dos trabalhos finais e respectivos documentos.

7.3.1 Este prazo poderá sofrer alteração em razão da demanda para emissão de outros certificados junto à FURB.

7.4 Não serão emitidos certificados antes da data final da entrega do trabalho de conclusão, ou seja, o dia 31 de julho de 2026.

7.6 Os certificados serão retirados junto ao setor de registro de diplomas da Universidade (Praça de Atendimento ao Estudante - Campus I da FURB, localizado à Rua Antônio da Veiga, 140 – Bloco - Bairro Itoupava Seca, Blumenau – SC).

8 Das disposições gerais e transitórias

8.1 Reprovações em disciplinas ofertadas implicarão em novo pagamento à ESMESC para cursá-la, da mesma forma a reprovação no Trabalho Final ou a falta de entrega no prazo estabelecido neste Edital inviabiliza a conclusão e convalidação do curso e exigirá novo pagamento de taxa de convalidação.

8.3 A não conclusão do curso não permite o aproveitamento do pagamento efetuado para fins de matrícula em outras turmas ou cursos ofertados para convalidação pela FURB.

8.4 Os alunos que solicitarem a convalidação dos estudos e que tenham concluído o respectivo curso preparatório em matrizes curriculares antigas, deverão cursar as disciplinas integrantes da matriz curricular vigente (conforme anexos II e III) para fins de adequação curricular, sendo que deverão arcar com as despesas para tal, uma vez que essas disciplinas não estão inseridas na taxa de convalidação estipuladas no item 4 deste Edital;

8.5 A existência de quaisquer débitos junto a FURB ou com a ESMESC não permite a realização da inscrição ou matrícula no curso;

8.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelos setores competentes da FURB respeitando os seus regulamentos internos, em especial Resolução CEPE/FURB nº 84/2019, que estabelecem normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da FURB, em nível de especialização.

8.7 O presente Edital se aplica apenas aos alunos de turmas da ESMESC ficando vedada sua aplicação a qualquer outra instituição.

Blumenau (SC), 16 de outubro de 2025.

Professor Feliciano Alcides Dias, Dr.

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Público, Direito Aplicado e Práticas Jurídicas
Contemporâneas - Universidade Regional de Blumenau

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME	
SEXO	
DATA NASCIMENTO	
E-MAIL	
FONE RESIDENCIAL	
FONE CELULAR	
ESTADO CIVIL	
Nº RG	
CPF	
ENDEREÇO	
CIDADE/UF	
CEP	
PROFISSÃO	

CURSO ESCOLHIDO

()	Direito Público (Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos – Presencial)
()	Direito Aplicado (Curso de Preparação para a Magistratura - Práticas Jurídicas – Presencial)
()	Direito Público (Curso de Preparação para a Magistratura - Conteúdos Jurídicos – EaD)
()	Direito Aplicado (Curso de Preparação para a Magistratura - Práticas Jurídicas – EaD)

Declaro estar ciente dos dispositivos do Edital 02/2025.

Local e data

Assinatura

ANEXO II - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Disciplina: Direito Civil	Carga horária: 60h
Ementa: Teoria, Sujeitos e Crítica da Parte Geral (15h) - Lei de Introdução às normas civis brasileiras: aspectos destacados. Contextualização do Direito Civil na contemporaneidade. Início e Fim da Personalidade da Pessoa Natural e da Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens. Teoria do Fato Jurídico. Invalidade do Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações (15h) - Teoria geral das Obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Abuso de Direito. Teoria Geral dos Contratos: princípios, formação e revisão contratual. Extinção do contrato. Locação. Titularidades: Propriedade, Posse e Patrimônio (15h) - Do Direito das Coisas. Da Posse. Da Propriedade. Do Direito Real sobre coisas alheias. Família e Sucessões (15h) - Casamento e União Estável: aspectos destacados. Casamento nulo, anulável e inexistente. Regime de Bens. Filiação e sua contextualização atual. Guarda compartilhada. Alimentos: aspectos destacados. Reflexões em torno das disposições gerais do Direito Sucessório. Da sucessão legítima e a concorrência do cônjuge. A sucessão do companheiro.	
Disciplina: Direito Constitucional	Carga horária: 45h
Ementa: Constituição: conceito; objeto; classificações estrutura Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. - Poder constituinte. - Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. - Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. - O Estado Federal: Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político administrativa. Repartição de competências. - Intervenção nos Estados e nos Municípios. Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. - Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. A Constituição Estadual: a estrutura da Constituição do Estado de Santa Catarina.	
Disciplina: Direito Processual Civil	Carga horária: 75h
Ementa: Processo e Tutelas (30h): Jurisdição, processo e ação; normas fundamentais do processo civil; limites da jurisdição nacional; cooperação internacional; competência; conflito de competência; das partes e dos procuradores; litisconsórcio; intervenção de terceiros; juiz e órgãos auxiliares da justiça; Ministério Público, advocacia e defensoria públicas; forma dos atos processuais; tempo dos atos processuais; nulidades dos atos processuais; tutelas provisórias; formação, suspensão e extinção do processo; processo e procedimento; procedimento comum; fase postulatória; audiência de conciliação e mediação; saneamento; julgamento conforme o estado do processo; teoria geral da prova civil; provas em espécie; audiência de instrução e julgamento; sentença; coisa julgada. Procedimentos Especiais (15h): Procedimentos Especiais de Jurisdição. Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais previstos em Legislação Extravagante. Processo Coletivo. Precedente Judicial. Sentença e Recursos em Espécie (15h): Pronunciamentos Judiciais. Meios de Impugnação. Recursos no Código de Processual. Precedentes Judiciais. Execuções (15h): teoria geral das execuções; princípios que regem as execuções; competência para executar; títulos executivos; responsabilidade patrimonial do executado; penhora e impenhorabilidade; cautelares nas execuções; cumprimento de sentença; cumprimento definitivo e provisório da sentença; execução de títulos extrajudiciais; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública; execução fiscal; nulidades das execuções; penhora, avaliação e depósito; expropriação de bens; impugnação ao cumprimento da sentença; embargos à execução; exceção de pré-executividade; expropriação de bens; suspensão e extinção das execuções.	

Disciplina: Direito Empresarial	Carga horária: 30h
Ementa: DO DIREITO DE EMPRESA. Origem do Direito Comercial (Empresarial). Teoria dos atos de comércio (sistema francês). Teoria da Empresa (sistema italiano). Fontes do Direito Comercial. DO DIREITO DE EMPRESA. – EMPRESA, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI. Conceito de Empresa. Distinção entre empresa e sociedade. Empresário Individual. Responsabilidade do empresário individual. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (Lei n. 12.441/2011). Requisitos de constituição da EIRELI. Nome empresarial. Administração. Responsabilidade. Capacidade para o exercício da empresa. Registro Público do Empresário. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. Noções gerais sobre estabelecimento. Elementos do estabelecimento empresarial – bens corpóreos e incorpóreos. Agentes auxiliares do empresário. Escrituração. DA SOCIEDADE. Formação histórica. Constituição da sociedade. Cláusulas essenciais do contrato social. Registro da sociedade. Personificação e seus efeitos. Desconsideração da personalidade jurídica. Legislação pertinente. DA SOCIEDADE LIMITADA - Lei n. 10.406/2002. Noções e previsão legal. Nome social. – firma ou denominação. Responsabilidade dos sócios. Dever de integralização do capital social – sócio remisso. Responsabilidade Patrimonial. Capital Social. Deliberações. Cessão de quotas. Administração a sociedade. Conselho Fiscal. Direito de retirada e direito de preferência. Exclusão de sócio remisso. Resolução da sociedade em relação a sócios. DAS SOCIEDADES POR AÇÕES - Lei n. 6.404/76. Sociedades por ações. Tipos de Sociedades por ações. Sociedade em Comandita por ações. Noções gerais. Sociedade Anônima. Histórico, noções gerais e previsão legal. Constituição da sociedade anônima. Características e princípios modernos. Denominação. Capital social. Ações. Sociedade de capital aberto e sociedade de capital fechado. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Ações. Debêntures, Partes beneficiárias. Bônus de subscrição. Órgãos da sociedade. Assembleias gerais. Conselho de administração, Conselho Fiscal. Diretoria. Controle e Grupo de Sociedades. Sociedades Coligadas. Sociedade subsidiária integral. Consórcio. DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. Reorganização societária. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE. Noções gerais. Dissolução. Liquidação. Partilha. Extinção. DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Noções gerais. Microempresa (ME) - Lei Complementar n. 123/2006. Empresa de Pequeno Porte (EPP) – Lei Complementar n. 123/2006. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, JUDICIAL E DA FALÊNCIA DA EMPRESA - Lei n. 11.101/05. Histórico e legislação aplicável. Disposições comuns à recuperação e à falência. Legitimidade ativa e passiva. Juízo universal. Administrador judicial. Comitê de credores. Assembleia de credores. Recuperação extrajudicial. Recuperação judicial. Recuperação com plano especial. Falência. Sentença denegatória e declaratória da falência. Efeitos da falência quanto aos bens e à pessoa do falido. Efeitos da falência quanto às obrigações. Administração da falência. Arrecadação e custódia dos bens do falido. Pedidos de restituição. Habilitação e classificação dos créditos. Alienação dos bens do falido. Pagamento dos credores. Encerramento do processo. Extinção das obrigações do falido. Crimes falimentares. DOS TÍTULOS DE CRÉDITO. Legislação pertinente. Conceito de título de crédito. Aplicabilidade do Código Civil de 2002. Características dos títulos de crédito. Cartularidade. Literalidade. Autonomia. Atos cambiários. Aceite. Endosso. Aval. Protesto. Vencimento e pagamento. Tipos de títulos de crédito: Letra de câmbio - Decreto n. 2.044/1908 – Decreto n. 57.663/66. Nota promissória - Decreto n. 2.044/1908 – Decreto n. 57.663/66. 12.5.3. Duplicata – Lei n. 5.474/1968. Cheque – Lei n. 7.357/1985. Protesto de títulos – Lei n. 9.492/1997. Ação cambial. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – Lei n. 9.279/1966. Noções gerais. Bens integrantes da propriedade industrial. Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. Marca. Patente. Registro. Extinção da propriedade industrial.	
Disciplina: Direito Penal	Carga horária: 45h
Ementa: Princípios constitucionais penais. Aplicação da lei penal. Crime: Conceito, Elementos. Tipicidade: Elementos, Causas de exclusão. Relação de causalidade. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Dolo e culpa. Culpabilidade: Pressupostos, Causas de exclusão. Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990). Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997). Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998). Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003). Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006). A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006).	

Disciplina: Direito Processual Penal	Carga horária: 45h
Ementa: Princípios processuais penais e ação penal. Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional. Sistemas e Princípios Fundamentais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Fase Pré-Processual: Inquérito policial. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Pretensão punitiva. Tipos de processo penal. Ação penal. Ação civil <i>Ex Delicto</i>. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do Processo. Prisão penal, medidas cautelares e procedimentos. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (prisão temporária). Citações e intimações. Atos Processuais e Atos Judiciais. Procedimentos. Processo comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Processos especiais. Lei nº 8.038/1990 e suas alterações — normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). Prazos. Características, princípios e contagem. Parte III: Sentença, nulidades, recursos e leis especiais. Sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. Coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. Nulidades. Recursos em geral. Habeas corpus e seu processo. Mandado de segurança. Revisão criminal. Exceções. Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal). Aspectos processuais penais constantes das Leis nº 8.072/1990, nº 9.099/1995, nº 10.259/2001, nº 9.296/1996, nº 9.503/1997, nº 9.613/1998, nº 10.826/2003, nº 11.340/2006, nº 11.343/2006 e nº 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. Identificação Criminal (Lei nº 12.037/2009). Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.	
Disciplina: Direito Administrativo	Carga horária: 30h
Ementa: Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo. Função administrativa e regime jurídico-administrativo. Princípios da Administração Pública. Poderes da Administração. Organização administrativa. Ato administrativo. Processo administrativo. Improbidade administrativa. Licitações e contratos administrativos. Serviços públicos. Agentes públicos. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. Bens públicos. Responsabilidade extracontratual do Estado. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração. Fazenda Pública em juízo.	
Disciplina: Direito Tributário	Carga horária: 15h
Ementa: Sistema Tributário Nacional. Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Decadência e Prescrição em matéria tributária. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez. Certidões. Fiscalização. Arrecadação. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança.	
Disciplina: Metodologia da Pesquisa (EAD ESMESC) – obrigatória para pós-graduação	Carga horária: 15h
Ementa: Pesquisa em pós-graduação. Redação científica. Procedimentos metodológicos. Projeto de pesquisa. Trabalho de curso.	
Disciplina: Língua Portuguesa e argumentação (EAD ESMESC)	Carga horária: 15h
Ementa: Componentes gramaticais básicos. Argumentação jurídica.	

ANEXO III - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO APLICADO

Disciplina: Teoria e Prática Processual Civil	Carga horária: 90h
Ementa: Estrutura da Sentença (45h) - Conceito de Sentença. Mudanças no NCPC. A sentença e os demais atos do Juiz. Estrutura da Sentença: relatório, fundamentação e dispositivo. Operação dialógica e a <i>ratio decidendi</i> . Sistema de precedentes: <i>overruling</i> e <i>overriding</i> . O dever de fundamentação e o art. 489, § 1º do NCPC. Regra de congruência: congruência externa e interna. Fato superveniente. Dispositivo: honorários advocatícios, custas e despesas processuais. Juros e correção monetária. Solução de teses. Soluções de Tese (30h) - Interpretação. Hermenêutica. Normas processuais civis. Sistema processual. Princípios processuais. Precedentes. Súmulas. Jurisprudência. Relatório. Procedimento Comum. Roteiro. Fundamentação. Dispositivo. Correlação – Pedido – Comando sentencial – Coisa Julgada. Ação de Cobrança. Ação Reivindicatória. Usucapião. Outorga de Escritura. Adjudicação compulsória. Ações Possessórias. Ações de Responsabilidade Civil: Subjetiva e Objetiva. Pensionamento. Ações de Direito Bancário. Revisional. Busca e Apreensão. Reintegração de Posse. Caso de Direito Administrativo. Decisões Interlocutórias (15h) - Pronunciamentos Judiciais. Conceitos. Requisitos. Distinções Espécies. Técnicas de Decisões Interlocutórias e Despachos. Antecipação de Tutela. Liminar. Saneamento e Organização do Processo. Técnicas de Audiências. Audiência Conciliatória. Audiência de Justificação Prévia e Audiência de Instrução e Julgamento. Instrumentos Probatórios. Meios de Prova. Delimitação do Âmbito Probatório. Especificação de Provas. Análise Sobre a Pertinência de Meio Probatante Indicado.	
Disciplina: Teoria e Prática Processual Penal	Carga horária: 105h
Ementa: Estrutura da Sentença e Solução de Tese (60h) - Ementa: Introdução teórica necessária. Estrutura formal e linguagem da sentença. Sentença absolutória. Sentença condenatória. Desclassificação, <i>emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> . Decisões e sentenças no processo de júri. Perdão judicial e extinção da punibilidade pela prescrição. Publicação, registro e intimação da sentença. Defeitos da sentença penal: nulidades e irregularidade. Prática da Sentença Penal e da Análise de Teses. Dosimetria da Pena (30h) - Das Penas em Espécie: privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito e multa. Método Trifásico. Substituição da Pena. Aplicação da Pena de Multa. Concurso de Crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. <i>Aberratio Ictus</i> e <i>Aberratio Delicti</i> . Decisões Interlocutórias (15h) - Despachos e Decisões no Crime. Lei 11.343/2006. Exame dependência toxicológica e insanidade mental. Execução Penal. Lei n. 11.340/2006 - Maria da Penha. Impedimento e Suspeição.	
Disciplina: Leis Especiais	Carga horária: 60h
Ementa: Direito da Criança e do Adolescente (15h) - Doutrina da proteção integral. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança; Princípios fundamentais do Estatuto; Direitos fundamentais inerentes ao direito da Criança e do Adolescente; Direito à vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; Direito à profissionalização e à proteção no trabalho; O trabalho dos atores e esportistas mirins; As piores formas de trabalho infantil; A prevenção especial no Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas e entidades de atendimento; Medidas de proteção; Princípios regentes das medidas de proteção; O ato infracional e sua apuração; A idade penal como norma constitucional; A importância da Diretriz 54 de Riad; Direitos individuais afetos ao adolescente em conflito com a lei; Garantias processuais; Medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sinase (Lei n. 12.594/2012); Medidas pertinentes aos pais ou responsável e o poder familiar; Conselho Tutelar; Atribuições do Conselho; Processo de escolha dos conselheiros tutelares e impedimentos. Acesso à justiça da infância e juventude; O Juiz; Serviços auxiliares; Procedimentos; Recursos; O Ministério Público na disciplina do Estatuto da Criança e do Adolescente e a figura do Curador de Menores; Advogado; A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos e a importância das instituições permanentes (Ministério Público e Defensoria Pública); Competência para apreciação dos interesses individuais, difusos e coletivos segundo o Superior Tribunal de Justiça; Crimes e infrações administrativas previstos no Estatuto como forma de garantir sua efetividade. Direito Eleitoral (15h) - Direitos Políticos. Partidos Políticos. Eleições. Ações e Recursos Eleitorais. Direito Ambiental (15h) - Tutela constitucional do meio ambiente. Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao meio ambiente. Direito do Consumidor (15h) - Origem, finalidade e campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Relação de consumo, elementos e conceitos legais. A proteção da incolumidade físico psíquica e econômica do Consumidor. Proteção pré-contratual e contratual práticas comerciais abusivas e cláusulas contratuais abusivas. Informação. Interpretação contratual. A responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços civil, administrativa e penal. A Defesa do Consumidor em Juízo.	

Disciplina: Formação Humanística	Carga horária: 60h
Ementa: Sociologia do Direito (15h) - Introdução à Sociologia(s). Controle Social e Direito. O Controle Social e o Modelo Punitivo. A Interação entre os Mecanismos de Controle Social Formal e Informal: Direito Comunicação Social e Opinião Pública. Conflitos Sociais Mecanismos de Resolução e o Modelo Restaurativo. Psicologia Judiciária (15h) - Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas. Filosofia do Direito (15h) - A relação entre Direito e Justiça, da tradição grega ao contexto atual. Os principais debates sobre Moral e Direito. A relação entre hermenêutica e direito, da concepção clássica de interpretação à virada linguística de ordem pragmática. Interpretação e concretização do sentido normativo: principais expoentes. As atuais correntes do neoconstitucionalismo e garantismo e suas posições sobre os institutos do positivismo: direito objetivo e direito subjetivo, princípios do direito, jurisprudência, lacunas e antinomias normativas e a relação entre Política, Direito e Ideologia. Teoria Geral do Direito e da Política (15h) - Teoria Geral das Normas: As regras e os princípios. Principais correntes e teóricos na Teoria Geral do Direito Contemporânea. Ordem jurídica como sistema aberto e em contínua evolução. Direito objetivo e direito subjetivo, fontes, princípios gerais, jurisprudência e precedentes. Direito intertemporal nas diversas áreas do direito. Estrutura e funcionamento do poder político. Principais categorias da Teoria Política. Estado, Poder e Governo. Ideologias Políticas. Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU). Agenda 2030 e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	
Disciplina: Preparação para a Prova Oral	Carga horária: 15h
Ementa: Comunicação verbal e não-verbal. Expressão corporal e voz do orador. Vícios de linguagem. Preparação para a fala avaliativa.	
Disciplina: Pragmatismo, Análise Econômica do Direito e Economia Comportamental (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo. Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada. Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão. Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. Whistleblower.	
Disciplina: Direito da Antidiscriminação (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação. Modalidades de Discriminação. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia. Ações Afirmativas. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais.	
Disciplina: Metodologia da Pesquisa (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: O ato de pesquisar. Redação Técnica. Procedimentos Metodológicos. Projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa.	

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE REGISTRO DE PROFESSOR ORIENTADOR

Nome completo:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Instituição de vínculo:

Telefone: ()

E-mail:

Naturalidade:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Profissão:

Formação/Titulação:

Número da Carteira de Identidade:

Data de Expedição:

Órgão expedidor:

Número do CPF:

ANEXO V - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

NOME DO ALUNO

TÍTULO DA MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO APROVADA(O) COM CONCEITO _____, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM _____, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

Assinatura do Orientador

NOME DO ORIENTADOR - TITULAÇÃO

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Naturalidade:

Local e data de conclusão da monografia: _____, ____/____/____

NOTA	CONCEITOS	RENDIMENTO
10 – 9,0	A	Excelente
8,9 – 8,0	B	Bom
7,9 – 7,0	C	Regular
6,9 – 6,0	D	Reprovado